

## Tradição e renovação no léxico latino-românico\*

Dieter Kremer

Universidade de Tréveris (*Universität Trier*)

A história do léxico latino-românico ainda está por escrever, e só muito dificilmente o será num futuro próximo: enquanto se conhece perfeitamente o vocabulário latino clássico, a formação do léxico de cada uma das línguas românicas continua a ser uma página quase em branco, devido à falta de dicionários históricos completos e exactos. O longo período de transição encontra-se, em grande parte, na penumbra: durante este período, porém, surgiu o que mais tarde veio a constituir as línguas românicas. Mais que o aspecto de desintegração deveria estudar-se os aspectos de continuidade e de evolução orgânica da língua-mãe<sup>1</sup>. Enquanto o filólogo clássico –o latinista– pouco se interessa pelas línguas românicas, para o filólogo românico –o romanista– a história da língua termina ou começa com os primeiros textos das línguas neolatinas. O latim só desempenha um papel, aliás um tanto ou quanto estático, no campo da etimologia – e é precisamente este o aspecto peculiar das línguas românicas: o de ter um ponto de partida, uma língua-mãe comum, apesar da discussão que rodela as chamadas “Sternchen-formen”.

Não têm faltado através dos tempos as tentativas para estabelecer elos de ligação entre as duas disciplinas, através do estudo sistemático do latim medieval, como “terra de ninguém” entre o latim e as línguas românicas. Hoje, porém, nota-se um certo cansaço neste aspecto, palpável sobretudo no que diz respeito aos grandes projectos lexicográficos, iniciados com um grande entusiasmo e que apresentam hoje um panorama relativamente desilusivo<sup>2</sup>.

\* Comunicação apresentada à 2ª *Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1984.

<sup>1</sup> Cf. M. Díaz y Díaz: *Le latin du haut moyen âge espagnol, La lexicographie du latin médiéval et ses rapports avec les recherches actuelles sur la civilisation du moyen-âge*, Paris, 1981, 110-111.

<sup>2</sup> Cf. Bengt Löfstedt: “Spätes Vulgärlatein –ein abgegrastes Feld?”, *Indogermanische Forschungen*, 75 (1970), 108-111; M. Díaz y Díaz: “Ruta crítica por la lexicografía latina medieval”, *Helmantica*, 11 (1960), 497-518.

Não quero debruçar-me sobre este problema. Antes é meu desejo escolher o léxico como um dos temas mais apropriados a um estudo bivalente, e no qual se podem constatar uma continuidade linguística e uma evolução orgânica visíveis. Finalmente, o léxico medieval é, por assim dizer, e apesar da boa vontade de muitos, um “enteado” da investigação linguística histórica. Para tal contribuem fundamentalmente a deficiente publicação de textos medievos, sobretudo de documentos não literários, e a quantidade quase assustadora da documentação existente nos arquivos históricos.

Não me parece necessário fazer qualquer comentário à qualidade e delimitação dos monumentos linguísticos literários, litúrgicos e jurídicos nem à delimitação latim tardio –latim medieval– proto-românico. A problemática repete-se, embora em graus diferentes, em toda a România e para lá das suas fronteiras: assim a tradição médiolatina da Alemanha, por exemplo, pode revestir-se do maior interesse para a Romanística. E é só “en passant” que gostaria de abordar as velhas questões da regionalização do latim e da divisão por épocas.

Partindo da clara diferenciação regional hoje existente quanto ao léxico latino, podemos concluir da existência de toda uma multiplicidade de variantes locais na época clássica ou melhor latina. Um fenómeno que não é fácil de esclarecer, tanto mais que, na maioria dos casos e ao contrário do que sucede no campo das particularidades fonéticas, não se pode considerar sequer a hipótese da influência de substratos. Galiza, com a sua “latinidade” característica, é um exemplo típico deste fenómeno. Ao mesmo tempo, porém, quero sublinhar que as particularidades do léxico galego ou de qualquer outro léxico românico só se podem deduzir a partir de testemunhos posteriores à época latina<sup>3</sup>. Na verdade, é só a partir dos idiomas românicos medievos e actuais que podemos deduzir qual a distribuição e a qualidade do léxico latino nos primeiros séculos da nossa era. A documentação antiga e medieval, porém, parece indicar antes a existência, também no que respeita ao léxico, de um latim homogéneo em toda a Península Ibérica<sup>4</sup>. Não há qualquer dúvida quanto ao facto de ainda não haver resposta para a questão de quando, como e porquê se formaram variantes regionais no âmbito do léxico latino. Os argumentos tradicionais que apontam para a data da romanização (ou latinização), a classe social a que pertenciam os colonos e estrutura social em geral, para a situação geográfica central ou periférica, etc., todos esses argumentos não são suficientes para esclarecer o problema. A resposta tem de ir buscar-se também à incógnita que representa, para a Península Ibérica, sobretudo o período compreendido entre os séculos VII e XI, sem que se possa falar, neste caso, de delimitação clara de uma época. “Na história –e também na história da língua– raramente encontramos épocas claramente delimitadas, nas sim e sobretudo períodos de transição, evoluções graduais. E a história do léxico é uma parte da história

<sup>3</sup> Cf. J. M. Piel: “Sobre a legitimidade do conceito de latinidade vulgar galaica”, *Primera Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1981, 253-258; H. Lüdtke: *Geschichte des romanischen Wortschatzes*, I, Freiburg, 1968, 55.

<sup>4</sup> Cf. Díaz y Díaz: “El latín de la Península Ibérica: Rasgos lingüísticos”, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I, Madrid 1960, §86; *id.*: “El latín medieval español”, *Actas del I Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, 1958, 562.

em si mesma. Todas as modificações léxicas estão relacionadas, de uma forma ou outra, com transformações políticas e culturais”<sup>5</sup>.

Fazendo minhas as palavras de Díaz, o latim medieval é “o grande problema da filologia latina acutal”<sup>6</sup>. E é sobretudo no campo da lexicografia que mais facilmente se pode separar esta “língua” do latim da época clássica e do latim do Baixo Império. Por outro lado o latim hispânico distingue-se, por exemplo, do da Galia, precisamente pela sua tradição ininterrupta: a cisão entre o latim e a língua popular tem lugar mais tarde e de forma menos espectacular. “En pocos países se da una interacción tan eficaz entre la lengua popular y el latín documental como en España”<sup>7</sup>. Tanto mais importante é, pois, incluir neste contexto a documentação dos séculos XII e XIII, em latim e em língua popular, nos estudos léxico-linguísticos<sup>8</sup>.

À semelhança do acontece na história da língua em geral, também e sobretudo, na história do léxico latino-românico tem de se diferenciar entre evolução interna e influências externas. Enquanto que estes fenómenos de carácter externo são relativamente bem conhecidos –é o caso, por exemplo, da “escola” ou, em geral, do latim erudito e dos empréstimos de natureza vária devidos a evoluções políticas, culturais ou económicas –a evolução interna do idioma pouco foi estudada até hoje. No entanto é precisamente aqui que se torna evidente a auto-renovação e ao mesmo tempo a diferenciação do léxico latino-românico. Redução, nivelamento, derivação e formação de novas palavras, mudança de significado, etc., constituem um campo de trabalho dentro do qual a época do latim medieval, com uma documentação aliás pouco acessível e difícil de abarcar numa vista de olhos, tem algo de decisivo a oferecer-nos.

Permitam-me que faça algumas observações a este respeito, partindo de dois grupos de temas.

A relação entre a história linguística interna e externa pode ser facilmente observada sobretudo na onomástica e, dentro dela, na toponímia. Na verdade, em qualquer altura se pode dar um nome a uma localidade para o que se recorre, regra geral, a meios usuais da linguagem corrente, isto é, utilizando as possibilidades do léxico disponível no momento (como, por exemplo, *Valverde*, *Ponte dos carros*, *Pedreira*, etc.), léxico que inclui os nomes próprios (*Galinsancho*), e as possibilidades das estruturas grámatico-morfológicas actuais (*Mirador del Romero*, *Miramar*, *Juslivil*<sup>9</sup>, *villa Segefredi*, etc.).

A partir do momento em que é utilizado para denominar, o apelativo recebe um novo “status”: como nome individual é subtraído do vocabulário geral e modifica a sua função original –deixa de “significar” e passa a “designar”, ou “denominar”, tal uma etiqueta, um indi-

<sup>5</sup> Cf. Lüdtke (nota 3), 27 e 41.

<sup>6</sup> *Ruta crítica* (nota 2), 516.

<sup>7</sup> *El latín medieval* (nota 4), 574.

<sup>8</sup> *Ruta crítica* (nota 2), 517.

<sup>9</sup> Cf. D. Kremer: “Bemerkungen zu den mittelalterlichen hispanischen *cognomina* (III)”, *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 12 (1972/1973), 156. Cf. também, entre outros, o topónimo francês *Dieulivol* (Gironde); A. Longnon: *Les noms de lieu de la France*, Paris, 1920, 382 ss.

víduo. Esta alteração de funções tem vindo a ocupar desde sempre os teóricos da língua. Ela significa porém, ao mesmo tempo, que estes nomes próprios são praticamente excluídos da evolução da língua corrente e só estão sujeitos a algumas modificações fonéticas, quer se mantenham “transparentes” (como em *Pontevedra*, menos já em *Pancorbo* que representa o medieval *ponte curvo* ou *Tàgilde* vindo de [villa] *Attanagildi*) quer dêem asas à fantasia já que lhes falta a transparência etimológica (por exemplo *Jesufrei*, resultado moderno do já mencionado [villa] *Segefredi* ou catalão *Castellareny*, antes *castrum Adalasindo*, ou ainda francês *Saint-Chaffre* que representa o nome pessoal *Teodefredus*).

Esta realidade é bem conhecida de todos nós. Mas os topónimos são testemunhos vivos de sincronias anteriores, podendo elucidar a evolução do léxico latino-românico e, em geral, modificações linguísticas, sobretudo de idiomas antigos, para os quais não existem praticamente quaisquer outros testemunhos linguísticos de crédito. Por esta razão, o depoimento dado pela toponímia é particularmente esclarecedor no que respeita aos séculos ainda na penumbra, já que põe a claro tanto a evolução linguística intrínseca como as influências externas. Há sobretudo a considerar que os topónimos só muito raramente estão sujeitos a influências forasteiras, reflectindo antes características indígenas e fenómenos locais ou diversos estratos linguístico-geológicos.

No que toca à Península Ibérica quero apenas citar um fenómeno, aliás conhecido. A extraordinária concentração, no noroeste, de topónimos com o nome do proprietário no genitivo, do tipo *villa Roderici* (com a respectiva palatalização a qual em breve torna irreconhecível o nome original), numa época em que seriam de esperar formações analíticas do tipo *villa de Rodrigo* ou o dativo simpatético *villa Rodrigo*, indica o que Piel considera como “a sobrevivência do genitivo latino na tradição oral limitada à categoria especial dos nomes de proprietário”. E, na verdade, Díaz sublinha “notable es la extensión del genitivo en el latín visigodo, facilitada, sobre todo, por su larga permanencia en la lengua que le llevó a usurpar funciones de otros casos, o desaparecidos ya o en trance de pérdida”<sup>10</sup>. Em Leão, fortemente moçarabizada, prevalece na mesma altura já o sistema românico. Encontramos, por exemplo, *ipsa posata que vocitant Matronille* lado a lado com *villa de Donna Matre*<sup>11</sup>. Este problema morfológico relevante para o léxico onomástico ou toponímico necessita um estudo mais aprofundado que irá até bem dentro da história tanto da língua latina como do povoamento visigótico e ibero-românico. E neste contexto que devem ser talvez considerados os antropónimos do tipo *Vincenti* (ou também *Pepi*), genitivos do ponto de vista formal e característicos para Leão e demais regiões até à Vascónia.

No campo lexical propriamente dito, os topónimos espelham todas as tendências que são características de evolução ou renovação do léxico geral. A toponímia testemunha a pro-

<sup>10</sup> J. M. Piel-D. Kremer: *Hispano-gotisches Namenbuch*, Heidelberg, 1976, 36-37; M. Díaz y Díaz: *Rasgos* (nota 4), §67. Cf. também J. Bastardas Parera: *Particularidades sintácticas del latín medieval*, Barcelona, 1953, §12.

<sup>11</sup> J. M. Mínguez Fernández: *Colección diplomática del Monasterio de Sahagún* (Siglos IX y X), León, 1976, documentos no. 223 e 224 (etc.).

pagação regional de determinados fenómenos (como, por exemplo, *la* ou *el puente*, *agro* ou *campo*, *casal* ou *casar*, etc.) e, quando se trata de documentos medievais, prova pelo menos a cronologia relativa da evolução léxico-morfológica e fonética. O professor Piel tem mostrado, em numerosas ocasiões, as perspectivas de tais estudos os quais, apesar de tudo, se encontram ainda nos primeiros passos.

Os antropónimos são, neste contexto, bastante mais imprecisos, já que estão mais fortemente sujeitos à moda e a transformações de carácter afectivo, sendo –ao contrário do que sucede com os topónimos– móveis. Mas também aqui se cruzam os caminhos da investigação latina e românica. O “léxico” dos nomes de pessoa é regido por leis próprias. Regra geral, os nomes são legados de geração em geração e já não têm um significado próprio transparente. Devido à facilidade com que normalmente se deixam classificar por línguas de origem, permitem reconhecer bem influências externas. Assim, a massa inexplicável e a vitalidade dos nomes de origem germânica, aliadas aos pouquíssimos empréstimos hispâno-góticos (que se manifestam precisamente também na toponímia) mostram vestígios de uma influência germânica numa esfera –a familiar e a pessoal– talvez insuficientemente estudada<sup>12</sup>. A sorte deste léxico onomástico germânico tradicional –cujos mecanismos devem ter sido também, em princípio, assumidos pela população indígena, o que explicaria o seu número tão elevado– não se limita à Península Ibérica podendo, sim, ser aqui seguido exemplarmente, já que há praticamente só uma única língua que entra em questão. No entanto, e sobretudo a partir do século XI, estes nomes vêm-se relativados na sua importância –mas de forma alguma suprimidos– por nomes tradicionais “cristãos” do Velho e do Novo Testamento, por nomes da tradição latina e por novas formações latino-românicas ‘expressivas’, estas últimas aliás mais frequentes nos nomes de mulher<sup>13</sup>.

É precisamente no campo da investigação onomástica que há ainda muito a fazer. Pessoalmente tenho a intenção de analisar, numa monografia, a onomástica do século X nos territórios bem documentados de Leão e Catalunha. Como suplemento deveria analisar-se também o centro e o ocidente<sup>14</sup>. O século X caracteriza-se pela decadência total do latim. Os diversos “renascimentos” que se lhe seguem têm ainda de ser estudadas no que respeita à sua sequência temporal e regional, estabelecendo-se permanentemente a comparação com fenómenos semelhantes no conjunto da România. A falta, enfim, de um repertório dos nomes latino-românicos que levasse também em conta as formações medievais, como equivalente do hispâno-gótico do professor Piel, é do conhecimento geral<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Cf. ultimamente J. M. Piel: “Reflexões sobre dois antigos visigotismos galego-portugueses: *gasalha* e *Saa/Sã*”, *Estudos em Homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*, Coimbra, 1983, 3-10; D. Kremer: “Hispania Germanica. En torno a las relaciones lingüísticas germano-hispánicas”, *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal*, Tübingen, 1982, 138-149.

<sup>13</sup> Cf. Piel-Kremer: *Hispano-gotisches Namenbuch* (nota 10), *passim*; D. Kremer: “Tradition und Namengebung (Statistische Anmerkungen zur mittelalterlichen Namengebung)”, *Verba*, 7 (1980), 75-155.

<sup>14</sup> Cf. M. Gómez-Moreno: *Iglesias mozárabes*, Madrid, 1919, 105-121; D. Kremer: “Zur Urkunde a. 913 des Archivo Condal in Barcelona”, *Beiträge zur Namenforschung N. F.*, 9 (1974), 1-82.

<sup>15</sup> Cf. J. M. Piel: *Nomes des “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, Coimbra, 1948 (Separata de Biblos, vol XXIII); D. Kremer: “Proyectos para un Onomástico románico”, *Verba*, 6 (1979), 314-315.

Se a tradição e a renovação têm o papel decisivo na onomástica, os sobrenomes (os “cognomina”), postos cada vez mais em evidência a partir do século XI, formam o elo de ligação com o vocabulário comum. E, dentro deste, com especial relevância para o léxico popular que conhecemos deficientemente dos textos literários tardios e raramente transmitidos em original<sup>16</sup>.

Gostaria de, por duas razões, chamar-lhes a atenção para o significado dos sobrenomes existentes na documentação mais antiga para a história do léxico latino-românico. Primeiro, porque na maioria dos inúmeros exemplos se trata de documentação datável e localizável com precisão, os quais ilustram ao mesmo tempo perfeitamente a problemática latim medieval/antigo românico, já que se apresentam como aparentes “corpos estranhos” em textos predominantemente “latinos”. Por outro lado, os sobrenomes só muito excepcionalmente são considerados nos dicionários históricos ou etimológicos. Assim o “Glossarium Mediae Latinitatis Cataloniae” (o único dicionário de latim medieval da Península até hoje existente) toma em consideração os topónimos, mas só muito esporadicamente os nomes de pessoa, o que, aliado a uma limitação temporal felizmente não muito rogorosa ao período entre 800 e 1.100, reduz a realidade linguística<sup>17</sup>. Possivelmente uma das causas de desinteresse a que se tem votado este material lexical específico reside no problema semântico, ou seja, na interpretação do conteúdo linguístico-conotativo do mesmo.

Entre os sobrenomes, sobre cuja função, forma, expansão e posterior fixação como apelido não poderei debruçar-me aqui e hoje, a denominação por actividade profissional ou estado social desempenha um papel particularmente importante. Esta denominação, como formação apelativa compreensível que é, encontra-se no limite entre léxico geral (ou seja, indicação da profissão exercida, etc.) e léxico antroponímico (nome próprio fixo). E é precisamente neste “campo semântico” –só à primeira vista fácil de delimitar– dos nomes românicos de actividade profissional, de cargos e classes sociais que se pode seguir clara e semplaramente a evolução linguística interna nas suas interligações estreitas com o processo histórico-cultural.

No ano pasado tive já a oportunidade de apresentar aqui, em Santiago, um projecto que tem por fim precisamente a recolha e interpretação desses nomes de profissão<sup>18</sup>. A recolha de material, entretanto, já está bastante adiantada. A par da ordenação sistemática –sobretudo também do ponto de vista onomasiológico– a etimologuização desta documentação tão com-

<sup>15</sup> Cf. J. M. Piel: *Nomes des “possessores” latino-cristãos na toponímia astuto-galego-portuguesa*, Coimbra, 1948 (Separata de Biblos, vol XXIII); D. Kremer: “Proyectos para un Onomástico românico”, *Verba*, 6 (1979), 314-315.

<sup>16</sup> Cf. D. Kremer: “Übernamen und Wortgeschichte”, *Beiträge zur Namenforschung N.F.*, 12 (1977), 125-144; *id.*, “Bemerkungen zu den mittelalterlichen hispanischen *cognomina*”, I ss., *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 10- (1970-).

<sup>17</sup> Faltam, por exemplo, *Teuderigo que vocant Cunillo* a. 992 (Sant Cugat) ou *alodem qui dicitur Burgali* a. 948 (Pallars, hoje Sant Pere de Burgal).

<sup>18</sup> D. Kremer: *Glossar der altromanischen Berufsbezeichnungen, wörterbücher der deutschen Romanistik*, hg. von M. Briegel und H. Stimm, Weinheim 1984, 105-127.

plexa coloca-se cada vez mais em primeiro plano. Esta tradição pan-românica abrange naturalmente não só os nomes de profissão etc. que encontramos nos documentos em latim medieval como também, e sobretudo, os sobrenomes pessoais que constituem frequentemente uma primeira atestação dum lexema. Como característica determinante do material recolhido é de sublinhar a “mistura” das línguas latina e românicas da Idade Média, desde os primeiros documentos não literários até cerca de 1.300. Encontro-me, pois, precisamente no centro daquilo que muitos gostariam de poder delimitar com exactidão. Como romanista vou mais para além do que têm feito projectos semelhantes<sup>19</sup>: recupero os documentos médiolatinos para a história do léxico românico ou parte dele, já que considero praticamente impossível, em numerosos casos pelo menos, proceder a uma delimitação clara; e a tradição escrita medieval se encontra sempre em ligação com a linguagem falada no momento. Nomes de profissão eruditos, amaneirados ou artificiais reconhecem-se facilmente, na sua maioria, de entre o total do material (frequentemente trata-se também apenas de versões latinas especificativas de formas românicas ambíguas). Vice-versa, a Latinística deveria fazer uso do mesmo direito (e dever) e levar em conta também os documentos linguísticos românicos mais antigos.

O conflito entre a tradição e a renovação lexicais pode constatar-se no âmbito dos empréstimos, tornando-se bem explícito no caso da lexicalização de um determinado tipo. Assim, por exemplo seria interessante analisar os nomes dos ofícios palacianos, muito frequentes na Península Ibérica num período e num espaço limitados: um estudo que deveria ser feito sob a luz da “tradição e renovação” e enquadrado paralelamente no todo românico.

Entre as denominações latinas do ‘copeiro’ impôs-se geralmente o grecismo *pincerna* que aparece, aliás, nos textos medievais em latim “correcto” também sob a forma *pincernarius*. Outras designações latinas tais como *poculator* (em vez de *pocillator*) ou *propinator* desempenham um papel secundário. Como término técnico da época das grandes invasões germânicas o gótico *skankja* tornou-se um concorrente muito serio, acabando por impor-se sob a forma latinizada, aliás bastante interessante, *scancianus* (na França medieval existe, a par da forma correspondente *scancio(ne)*, também um forma derivada *scancionarius*). É difícil estabelecer a delimitação semântica clara face à forma simulânea *boticiarius* (isto é *apothecarius*) ou *botellarius* (isto é *butticularius*, que sobrevive no *bouteillier* francês). Por fim, vem-se-lhes juntar um novo concorrente: *coparius* (derivado de *copa* < *c»uppa*), o qual, à semelhança das duas designações mencionadas, tem sobre o germanismo a vantagem de possuir uma motivação etimológica<sup>20</sup>.

Um problema muito especial – e que talvez não passe de um pseudo-problema – é a questão da primeira atestação, e que poderia também ilustrar-se nos nomes de profissão. A primeira atestação está intimamente ligada à investigação etimológica. É certo que tem muito interesse saber se uma palavra já se encontra documentada em latim (isto é, latim primitivo

<sup>19</sup> Cf., por exemplo, M. Bambeck: *Boden und Werkwelt. Untersuchungen zum Vokabular der Galloromania*, Tübingen, 1968.

<sup>20</sup> Cf. D. Kremer: *Bemerkungen VI* (nota 16), 16 (1980), 168-169.

vo, clássico, vulgar, tardio, medieval) ou apenas em românico. Sem querer aprofundar aqui este tema<sup>21</sup>, dois postos há que nunca é demais repetir:

— O acaso e a qualidade formal e semântica da documentação –tanto da latina tardia como da românica– é um factor que tem de ser sempre obrigatoriamente considerado. Regra geral é impossível obter-se uma certeza absoluta. Assim, disponho de primeiras atestações para a maioria dos 6 a 7 mil nomes românicos de profissão etimologicamente diferentes (em especial para os provenientes da Península Ibérica). Mas utilizá-los para estabelecer uma cronologia relativa deste complexo campo semântico parece-me um tanto duvidoso. Apesar de tudo, este tipo de listas numéricas e estatísticas dão a conhecer determinadas tendências que podem ajudar na solução de problemas etimológicos ou morfológicos. Por outras palavras: a satisfação natural, “positivista”, causada por se ter encontrado uma primeira atestação é compreensível –mas esta tem de ser vista num contexto histórico e linguístico mais amplo.

— É a este contexto amplo que se refere, por exemplo, Joan Coromines, quando, no seu monumental dicionário etimológico, não fornece quaisquer datas de atestação para algumas –e mesmo numerosas– palavras, utilizando a fórmula mágica “passível de formação em qualquer altura”. É uma constatação de certo modo desconcertante, já que deixa o historiador da língua de mãos a abanar, sem poder recorrer a uma história latino-românica da formação de palavras. Frequentemente levanta-se a questão –incómoda– de saber se nos encontramos perante uma formação ou derivação latina ou românica, por mero acaso formalmente idênticas. Em certos casos, como seja, por exemplo, o francês antigo e regional *poulailler* ‘galinheiro’ ver-se-há uma derivação românica de *pouaille* ‘galinha’ e não um *\*pullali-arius* latino ou médio-latino. comparável é uma formação pseudo-latina *nadel-arius*, na Alaemanha medieval, a que corresponde hoje *Nadler* ‘agulheiro’, isto é ‘fabricante de agulhas’ (em alemão *Nadel*). Um nome como *pedreiro* seria, pelo contrário, passível de formação em qualquer altura.

Díaz tem toda a razão ao levantar o problema das relações entre língua comum e latim medieval, sublinhando o aspecto da continuidade<sup>22</sup>. Para a época clássica, a problemática das primeiras atestações e da cronologia relativa pode ser ilustrada através de um exemplo como *gladiator* que teria sido formado a partir de *gladius* seguindo o modelo de *bellator* (este um nome deverbal). Do ponto de vista formal, deveria pressupor-se no entanto um verbo *\*gladiare* ‘lutar, combater com a espada’, com o qual harmonizariam o particípio *gladius* e o abstracto *gladiatura*. Será que o verbo só não foi atestado por mero acaso (na Idade Média encontramos-lo com o significado jurídico ‘decapitar’)? O segundo significado de *gladiator*, também já antigo e que me parece não ser de aceitar sem mais nem menos, pelo menos do ponto de vista formal, é ‘espadeiro’, quer dizer ‘fabricante de espadas’, expresso normalmente por *gladiarius* uma forma que se encontra atestada nas inscrições<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Cf., por exemplo, B. Pottier: “La valeur de la datation des mots dans la recherche étymologique”, *Etymologica. Festschrift Walther von Wartburg*, Tübingen, 1958, 581-586.

<sup>22</sup> Cf. nota 1.

<sup>23</sup> Cf. também, em latim clássico, a série *caballarius*, *caballista*, etc. (mas não *\*caballare*) ao lado de *caballicare*, *caballicatura*, etc. (mas não *caballicator*), etc.

Mas este exemplo conduz-nos a um outro campo de investigação –o da formação de palavras.

As possibilidades da morfologia e da formação de palavras medievais –isto é, médio-latina e proto-românica– não foram estudadas sistematicamente até agora, o que está naturalmente ligado ao deficiente conhecimento que temos do léxico medieval. Tal como sublinha Bengt Löfstedt, existem aqui faltas sensíveis, sobretudo por parte da Latinística<sup>24</sup>. De mais a mais é precisamente para a formação das palavras nas línguas românicas em geral que é válida a afirmação feita por Joseph M. Piel em relação ao léxico galego-português: “o léxico –diz ele– não apresentaria contudo a extraordinária riqueza e variedade que o caracterizam se não tivesse sabido renovar-se pelos próprios recursos. É talvez na formação de palavras novas, com base nas patrimoniais, que melhor se manifestam o génio e a vitalidade de uma língua. Nestas inovações prolonga-se um trabalho já poderosamente encetado no próprio latim popular da época tardia, o qual se liberta dos moldes do latim literário e selecto, estagnante sob o referido aspecto. Como só excepcionalmente existem testemunhos coetâneos das novidades lexicais em causa, desprezadas pelos autores, sucede não raro que o etimólogo se vê incapaz de decidir se elas se devem atribuir ainda ao latim galaico-lusitano, ou já ao português proto-histórico ou mesmo histórico”<sup>25</sup>.

Trata-se de um campo de investigação extraordinariamente complexo e que pressupõe um conhecimento profundo das morfologias latina e românica e que tem de ter como base um “corpus” representativo do léxico medieval. E é precisamente aqui que a tradição não-literária, menos ligada a formas (e fórmulas) tradicionais, desempenha o papel principal. A par do elemento formal, a interpretação semântica exacta é de importância decisiva para a compreensão da função desses elementos morfológicos, o mesmo acontecendo às variantes regionais no que respeita à fragmentação dos dialectos latino-românicos.

Também aqui os nomes de profissão ou em geral os “nomina agentis” se oferecem para ilustração e estudo, como grupo extraordinariamente característico que são. Para além das inúmeras possibilidades de formação e derivação, dois grupos importantes vêm juntar-se-lhe ainda: o das palavras abstractas ‘exercício de uma actividade’ (*passeio*, por exemplo) ou ‘a comunidade dos que exercem uma mesma actividade’ (*cavalaria*) e a denominação do ‘local onde é exercida a actividade’ (*olaria*, *cavalaria*, etc.). Por fim, deve distinguir-se entre afixos ambíguos plurifuncionais e a possibilidade de exprimir uma função por toda uma variedade de elementos formais diferentes<sup>26</sup>.

Dois processos há que são característicos dos nomes de profissão: a composição (ou formação sintáctica) do tipo *armi-ger/sacri-custos/fabricator gladiatorum/mata-mouros*, etc. e a derivação. Entre os 60 a 70 sufixos românicos utilizados na formação de nomina agentis, geralmente conhecidos mas insuficientemente estudados quanto à sua delimitação funcional

<sup>24</sup> *Spätes Vulgärlatein* (nota 2), 115-116.

<sup>25</sup> Academia das Ciências de Lisboa: *Dicionário da Língua portuguesa*, vol. I (a-azuveite), Lisboa 1976, XXII-XXIII.

<sup>26</sup> Cf. V. Väänänen: *Introducción al latín vulgar*, Madrid, 1968, 141.

exacta, *-tor* e *-arius* ocupam um lugar de relevo. Ao mesmo tempo, representam as duas possibilidades básicas de derivação por sufixação e demonstram o complexo jogo de sufixos de funções aparecidas ao longo da história linguística latino-românica comum. Por outras palavras: por muito inequívocos que pareçam ser os pressupostos formais e semânticos, ainda está por escrever a história destes dois elementos morfológicos, já estudados não poucas vezes. Trata-se de *-tor* (no feminino *-trix*), que serve para formar nomina agentis deverbais. Designam uma pessoa que exerce a actividade implícita. Este sufixo foi produtivo em todas as épocas. E trata-se de *-arius* que, pelo contrário, é utilizado na formação de adjetivos ou nomina agentis denominais. Nomeiam alguém que produz, transforma ou utiliza o objecto citado.

Como exemplo cito *albergarius* ‘o que tem uma albergaria’ em oposição a *albergator* ‘o que alberga hóspedes’. Há milhares de denominações de profissão latinas e românicas formadas segundo este esquema. O papel destes sufixos, e sobretudo de *-arius*, é tão dominante, que podem substituir outros como, por exemplo, *romeu*>*romero*, *claviger*>*clavarius*, *castellanus*>*castellarius*, etc. ou são simplesmente usados como elemento adicional, como, por exemplo, em *clavigerarius*, *ancillaria*, *offertorarius*, *mango*>*mangonarius*, etc. Devido à sua frequência, desaparece o aspecto da derivação, o significado é idêntico. Enquanto se pode distinguir formal e semânticamente *vindemiator* de *vindemarius*, o mesmo não acontece com *vineator* e *vinearius* ou *trompador/trompero*. a influência recíproca de *-tor* e *-arius* poderia ter contribuído, eventualmente, para a formação do sufixo duplo *-t-arius*, especificamente médiolatino e pre-romântico, existente em numerosos exemplos nos quais não se pode demonstrar com segurança a existência de uma palavra base em *-at-* ou em *-itt*. Ao par acima citado *vinearius* e *vineator* vem juntar-se *vineatarius*. Este tipo de formação de palavras é por demais conhecido tanto de *panadero/padeiro* (em francês *panetier*) como também do duplete *cantadera* e *cantadora*.

Também no campo fonético-formal continuamos a encontrar questões em aberto. É o caso, por exemplo, da distribuição românica de *ˈtor* nominativo, átono, e da forma tónica e declinada *-tore*, tal como a vamos encontrar sobretudo na região occitana e catalã em dupletes do tipo *cavalgayre/cavalgador* ou *segayre* e *segador*, ou ainda a evolução fonética de *-arius*, ainda não completamente esclarecida nas diferentes línguas românicas, para a qual se pode tomar como exemplo a forma *caballarius*, na sua evolução autóctona e como empréstimo do francês.

Quanto à maioria das restantes formações, deparam-se-nos problemas semelhantes a par e passo. Como exemplo deixem-me citar apenas a denominação em francês antigo *orfeveresse* ‘mulher de ourives’. Instintivamente reportar-se-ia esta forma a *aurifabrissa*, atestada em textos latinos contemporâneos. No entanto, têm de respeitar-se aqui determinados mecanismos onomásticos (a mutação) e, sobretudo, o uso estereotipado do elemento de derivação mais corrente *-erresse*.

Enquanto que estas últimas questões dizem respeito sobre tudo à romanística, a série de derivados de um mesmo radical é um desafio lançado ao latinista. Assim ao actual *carnicei-*

ro, ou *homem do talho*, ou *magarefe*, corresponde no latim mais ou menos “clássico” *lanius*, com os derivados *lanio(ne)*, *lanarius* e *laniator*. O já citado *padeiro* é apenas um dos derivados de *panis*, lado a lado com *panarius*, *panifex* e *panificus*, *panicoculus*, *\*panicociarius*, ou *porquero*, *porcarizo*, *que guarda (cata) porcos*, etc. Estas famílias de palavras exigem uma delimitação cronológica, regional e semântica muito cuidada. E volta a levantar-se a mesma questão: o que há aqui de latim, de latim tardio, de médiolatim, de românico? Nos trabalhos recentes de Petrikovits (da Universidade de Bona) encontram-se já alguns princípios de inventariação e interpretação no que respeita à documentação clássica<sup>27</sup>, e nos de Teja Erb (da Secção de trabalho do *Mittellateinisches Wörterbuch* em Berlim) para a documentação medieval<sup>28</sup>. Formação de palavras no sentido de alargamento da léxico é também o problema dos sinónimos do chamado tipo de latim *pincerna* e do mais popular *scancianus* ou da série hispânica *sartor* (e também *sertor*) –*alfaiate*– *sastre* ou *pedreiro* –*albañil*– *mestre de cases*, etc.

Também aqui nos encontramos frente a um campo de investigação sobretudo de romanista. Mas se se registarem desnivelamentos semânticos internos, como é o caso da série *mulier-femina* ou *dominus-senior*, então tem de tomar-se em consideração toda a história linguística latina, mesmo se a nova lexicalização só se torna explícita na Idade Média. O exemplo citado é suficientemente conhecido (no citado Glossário serão também consideradas as formas de tratamento medievais, já que nem sempre é possível uma delimitação precisa frente as denominações de pertença social): no entanto, também aqui há ainda muito trabalho de esclarecimento por fazer. A esse respeito lembro a utilização, à primeira vista um tanto estranha, de *femina* nos documentos catalães do século X, tais como, por exemplo, *Letgarda femina mulier Seniofredo* (a. 989). Citando a Mariner, é de salientar que precisamente a inovação semântica do léxico medieval –seja através de desnivelamento de significado, seja através de especialização, generalização, etc.– constitui um aspecto da investigação histórico-linguística praticamente inabordado<sup>29</sup>.

Não creio ter-lhes apresentado algo que não soubessem já. No entanto, quero sublinhar expressamente que não é só a filologia clássica a encontrar no latim tardio e no latim medieval uma continuação natural e evidente, como também a filologia românica (ou, como se prefere hoje em dia dizer: linguística romanística) tem de partir desta terra incógnita. Ambas as disciplinas possuem em comum um campo de investigação que, por múltiplas razões, tem sido deixado de lado sobretudo ne que respeita à formação de palavras e ao léxico em geral –ignorando-se reciprocamente tanto quanto possível. No entanto, seria um erro capital isolar

<sup>27</sup> H. von Petrikovits: *Die Spezialisierung des römischen Handwerks, Das Handwerk in vor- und frühgeschichtlicher Zeit*, Teil I, Göttingen, 1981, 63-140; *id.*, “Die Spezialisierung des römischen Handwerks II”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 43 (1981), 285-306.

<sup>28</sup> T. Erb: *Die Berufsbezeichnungen der Handwerker im Mittellatein*, tese de doutoramento, Berlim, 1973 (não publicada); *id.*: *Die Handwerkerbezeichnungen im Mittellatein. Ergebnisse einer Wortschatzanalyse*, Berlim, 1978 (= *Linguistische Studien*, Reihe A, vol. 46).

<sup>29</sup> S. Mariner Bigorra: “El latín de la Península Ibérica: Léxico”, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I, Madrid, 1960, §§16 ss.

este período medieval comum e considerá-lo como um fosso: Não se trata aqui de construir pontes mas sim de cultivar, em conjunto, um mesmo “agro”. Mais que noutros domínios de România, a colaboração de latinistas e romanistas da Península Ibérica poderia concretizar-se num Dicionário Medieval comum, que me limito a sugerir aqui e hoje, sem o esquematizar<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Cf. M. Díaz y Díaz, *Ruta crítica* (nota 2), p. 510.